

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR



RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES E MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA 1ª INSTÂNCIA

ANO-BASE 2016

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS

Corregedor: *Juiz Cel PM Sócrates Edgard dos Anjos*

Secretária da Corregedoria: *Maria Beatriz Andrade Carvalho*

Coordenadora de Serviço: *Gislene Amarante Cunha*

AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Juízes Titulares

<i>Marcelo Adriano Menacho dos Anjos</i>	1ª AJME
<i>Paulo Tadeu Rodrigues Rosa</i>	2ª AJME
<i>Daniela de Freitas Marques</i>	3ª AJME

Juízes Substitutos

<i>André de Mourão Motta</i>	Cooperador na 1ª AJME
<i>João Libério da Cunha</i>	Cooperador na 2ª AJME
<i>Paulo Eduardo Andrade Reis</i>	Cooperador na 3ª AJME

Escrivãs Judiciais

<i>Izabela Magalhães de Pinho Tavares</i>	1ª AJME
<i>Maria Elisa Ricketti</i>	2ª AJME
<i>Ana Carolina de Mattos Fernandes</i>	3ª AJME

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DA CORREGEDORIA.....	02
METAS NACIONAIS APLICÁVEIS À JUSTIÇA MILITAR.....	06
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL.....	09
ACERVO PROCESSUAL DA PRIMEIRA INSTÂNCIA AO FINAL DE 2016	11
FEITOS DISTRIBUÍDOS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA EM 2016.....	12

MATÉRIA CRIMINAL

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS CRIMINAIS	13
FASE PROCESSUAL.....	14
APLICAÇÃO DA LEI 9.099/95.....	15
PRINCIPAIS ASSUNTOS DAS DENÚNCIAS.....	16
FEITOS CRIMINAIS SOLUCIONADOS DURANTE O ANO DE 2016.....	17
DURAÇÃO DO PROCESSO – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS FEITOS JULGADOS.....	18

MATÉRIA CÍVEL

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DURANTE O ANO DE 2016.....	19
--	----

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (2012 A 2016)	20
--	----

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por premissa apresentar, nos termos do inciso XXVII do artigo 27 do Regimento Interno, as atividades da Corregedoria da Justiça Militar de Minas Gerais e os trabalhos dos Conselhos de Justiça e das Auditorias, no ano de 2016, de modo a demonstrar, de forma transparente, a atuação da Corregedoria para orientar e fiscalizar os trabalhos judiciários do primeiro grau, zelando pelo bom desempenho da atividade judiciária militar mineira.

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS

Competência: Órgão de orientação, fiscalização e correição dos serviços judiciários de 1º grau e de controle da polícia judiciária militar, com atribuições em todo o território do Estado de Minas Gerais.

Missão: Orientar, fiscalizar e corrigir os serviços judiciais da Primeira Instância e controlar o trabalho da polícia judiciária militar, atuando de forma proativa, eficiente, imparcial, transparente e eficaz, visando ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e contribuindo para a efetividade da Missão da Justiça Militar Estadual - JME.

Visão: Ser órgão reconhecido, pelo público interno e externo, pela excelência de sua atuação na orientação, fiscalização e correição da Primeira Instância da JME e no controle da polícia judiciária militar.

Atributos de valor: Proatividade; Celeridade; Imparcialidade; Credibilidade; Acessibilidade; Transparência; Ética; Probidade e Eficiência.

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA CORREGEDORIA EM 2016

*** Implantação do Processo Judicial Eletrônico- PJE, na Primeira Instância**

Durante todo o ano de 2016, a Corregedoria teve contribuição decisiva e relevante para o aprimoramento das funcionalidades disponíveis do sistema informatizado Processo Judicial Eletrônico- PJE da Justiça Militar, por meio do suporte prestado por este setor a todos que acessaram o sistema, quer fossem do público interno – magistrados e servidores-, quer, público externo- advogados e cidadãos em geral. Importa registrar que, em 2016, cem por cento das ações cíveis distribuídas nesta Justiça especializada foram por meio eletrônico.

*** Realização de correição extraordinária parcial.**

Mais uma vez, em atendimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça de realizar, anualmente, correição em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais da primeira instância, a Corregedoria procedeu à correição extraordinária parcial nos serviços judiciários da 1ª Auditoria de Justiça Militar e da Central de Distribuição, setor subordinado àquele juízo. Ao final dos trabalhos de correição, foi elaborado relatório circunstanciado, no qual se expõem os procedimentos adotados antes e durante a correição, o quantitativo de processos e outros feitos vistoriados, as principais falhas, vícios e pontos de estrangulamento do escoamento natural dos serviços forense detectados. A publicação dessa ação correicional, preservado o sigilo legal, foi disponibilizada no link Correições/Corregedoria, no sítio eletrônico do TJMMG. Em cumprimento ao disposto no art. 27, II, do Regimento Interno do TJMMG, foi realizada ainda correição em cerca de 300 processos findos e 1200 inquéritos policiais militares e outros procedimentos investigatórios mandados arquivar pelos magistrados do primeiro grau.

*** Levantamento dos feitos incluídos nas Metas 1, 2 e 4 – 2016 do CNJ na Primeira Instância, e acompanhamento do cumprimento dessas metas.**

Em cumprimento a uma de suas atribuições, tendo como instrumento os relatórios emitidos pelo SINGEP e as planilhas do PJE, compartilhadas com as auditorias, a Corregedoria, procedeu ao levantamento inicial dos processos da Primeira Instância

que se incluíam nos requisitos das metas 1, 2 e 4 de 2016; esse primeiro levantamento foi repassado aos escrivães responsáveis pelas três auditorias, para conferência, detecção de eventuais inconsistências e alterações necessárias. De posse dos dados conferidos e confirmados, a Corregedoria foi responsável por repassá-los ao Núcleo de Gestão Estratégica - NEGE do TJMMG, para análise e posterior alimentação do respectivo sistema informatizado do CNJ. Durante todo o ano de 2016, mensalmente, a Corregedoria acompanhou o cumprimento dessas metas junto às auditorias, controlando a tramitação dos processos, os prazos de julgamento e compilando os dados necessários para as informações ao CNJ, em cumprimento ao determinado na Meta 5 do CNJ, que é fiscalizar 100% das Metas Nacionais do CNJ relativas à Primeira Instância.

* Levantamento dos feitos incluídos na Meta Específica da Justiça Militar,

Foi também responsabilidade da Corregedoria, o levantamento dos processos incluídos na Meta Específica do segmento da Justiça Militar para 2016, que consiste no julgamento no 1º grau, em até 150 dias, de 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais. Coube ainda à Corregedoria o acompanhamento do cumprimento da Meta Específica e a remessa ao NEGE dos dados levantados quadrimestralmente.

* Arquivos – arquivamento e desarquivamento(empréstimo) de autos.

A Coordenadoria de Serviço da Corregedoria, responsável pelo setor de Arquivo Judicial da Justiça Militar, atendeu, em 2016, um total aproximado de 1200 solicitações de empréstimos de feitos arquivados. Importa ressaltar que essas solicitações, oriundas de advogados, das secretarias de juízo da Primeira Instância, do Ministério Público, de magistrados da Justiça comum e das instituições militares, são feitas pessoalmente, por ofício, correio eletrônico ou pelo Painel Administrativo da PMMG. E mais, foram recebidos das três auditorias e da Gerência Judiciária, um total de 1.926 feitos, que após registro no sistema informatizado, foram armazenados em 499 caixas-boxes.

* Manutenção de reuniões periódicas com escrivães.

Com vistas à continuidade da prestação de serviços com qualidade, realizando a contento uma das principais funções da Corregedoria, que é a orientação, procedeu-se em 2016, às reuniões periódicas com os escrivães responsáveis pelas três auditorias, reuniões essas nas quais são debatidos assuntos acerca dos trabalhos das

secretarias de juízo, padronização de procedimentos, melhoria no sistema informatizado e outros mais, para o aprimoramento dos trabalhos das secretarias de juízo.

* Procedimentos administrativos disciplinares:

Foram instaurados, em 2016, dois procedimentos administrativos para apurar eventuais faltas disciplinares: uma sindicância e um PAD.

A sindicância, com autorização do Pleno e por determinação da Presidência do TJMMG, foi presidida pelo Juiz Corregedor. Depois de realizados todos os procedimentos legais e regimentais, a sindicância foi arquivada, e esse arquivamento comunicado ao CNJ, já que envolvia magistrado da Primeira Instância.

O PAD encontra-se em grau de recurso ao pleno do TJMMG.

* Acompanhamento das Correções Ordinárias realizadas nas três Auditorias.

A Corregedoria acompanhou os trabalhos de correção ordinária realizados pelas três auditorias, no segundo semestre de 2016.

* Expedição dos seguintes atos normativos e seus respectivos objetos:

> Provimento nº 01/2016 – Altera o artigo 253 do Provimento CJM nº 01/2010, determinando que os militares estaduais condenados à pena privativa de liberdade, enquanto detentores de cargo público, deverão cumpri-la em estabelecimento prisional militar.

> Provimento nº 02/2016 – Institui o Malote Digital como meio de comunicação oficial no âmbito da Primeira Instância desta Justiça Militar

> Provimento nº 03/2016 – Regulamenta as rotinas de distribuição, registro e processamento das medidas sigilosas em matéria criminal.

Foram expedidas, em 2016, 91 (noventa e uma) portarias relacionadas ao âmbito de atuação do Corregedor, na Primeira Instância.

* Inspeção em estabelecimento prisional militar:

A Corregedoria do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais realizou inspeção na Unidade Prisional Militar do 34º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, em atendimento a solicitação formulada pelo Conselho Nacional de Justiça, para informar acerca das atuais condições carcerárias de requerente de Pedido de Providências à Corregedoria Geral de Justiça.

* Implantação de sistema de audiência por videoconferência:

O Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais tem buscado firmar parcerias com outros Órgãos do Judiciário para a implantação de sistema de audiência por videoconferência. Esse sistema permite realizar interrogatórios e oitivas em processos de competência da Justiça Militar, estando o réu, a testemunha ou a vítima em localidade distante do juízo processante. Além da celeridade processual que é peculiar na utilização do meio digital, a ação visa a reduzir custos como os de diárias em viagens pelo Estado, bem como o tempo alocado para o deslocamento do policial/bombeiro militar, o disponibilizando na atividade funcional em sua cidade de origem.

Em 2016, o Corregedor da Justiça Militar esteve nas cidades mineiras de Juiz de Fora e Uberlândia, a fim de viabilizar a parceria de implantação do sistema de audiência por videoconferência. Em Juiz de Fora, na 4ª Circunscrição da Justiça Militar da União e em Uberlândia no Fórum Abelardo Penna.

Nos dias 30 e 31 de janeiro de 2017 o TJMMG realizou suas primeiras audiências por videoconferência, quando foram ouvidas testemunhas arroladas em processos da 1ª e da 3ª AJME. Essas videoconferências foram realizadas graças à parceria firmada com a 4ª Circunscrição da Justiça Militar da União da cidade de Juiz de Fora.

**APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DOS ÓRGÃOS
DA PRIMEIRA INSTÂNCIA**

METAS NACIONAIS APLICÁVEIS À JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016.

Porcentagem de cumprimento: **108,05%**

MÊS	P 1.1	P 1.2	P 1.3	P 1.4	P 1.5	P 1.6
	Cíveis distribuídos	Criminais distribuídos	Cíveis julgados	Criminais julgados	Cancelamento distrib. cíveis/ remessa outra Justiça	Cancelamento distrib. criminais/ remessa outra Justiça
JAN	13	30	15	17	0	2
FEV	15	34	19	32	0	1
MAR	24	18	19	32	1	2
ABR	20	29	17	38	2	0
MAI	29	33	12	43	1	0
JUN	27	30	24	45	1	2
JUL	28	31	16	30	0	0
AGO	13	30	17	29	1	1
SET	14	39	20	43	0	0
OUT	13	30	16	33	0	1
NOV	22	27	19	33	0	0
DEZ	18	18	13	35	0	0
TOTAL	236	349	207	410	6	9

Meta 2 - Julgar, até 31/12/2016, pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2014.

Porcentagem de julgamento: **92,56%**

Porcentagem de cumprimento: **97,43%**

META 2 - 2016		PRIMEIRA INSTÂNCIA											
Ident.	Pergunta	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
P2.1	Processos cíveis distribuídos 2015	175											
P2.2	Processos criminais distribuídos 2015	207											
P2.3													
P2.4	Cíveis estavam suspensos e voltaram a tramitar em 2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P2.5	Criminais estavam suspensos e voltaram a tramitar em 2016	1	11	14	12	11	13	8	8	14	14	4	6
P2.6													
P2.7	Cíveis distribuídos 2015, mas suspensos em 2016	0	0	0	0	0	01	0	0	0	0	0	0
P2.8	Criminais distribuídos 2015, mas suspensos em 2016	0	1	2	0	0	5	0	0	0	6	0	0
P2.9													
P2.10	Cíveis distribuídos 2015, julgados em 2016	0	0	1	2	0	0	0	0	1	0	0	0
P2.11	Criminais distribuídos 2015, julgados em 2016	2	20	21	18	14	24	12	12	17	24	8	10
P2.12													
P2.13	Cíveis distribuídos 2015, julgados até 31/12/15	165											
P2.14	Criminais distribuídos 2015, julgados até 31/12/15	97											
P2.15													

Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12/2016, 100% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2014.

Porcentagem de cumprimento: **89,47%**

META 04- 2016

Distribuídos até 2014, excluídos os julgados em 2014 e suspensos em 2015	Distribuídos até 2014 e julgados em 2014	Distribuídos até 2014 e julgados em 2015	Entraram na meta, por saírem da suspensão	Suspensos em 2016	Julgados em 2016	Condenações
111	37	45	67	7	108	12

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Importa traçar algumas considerações acerca dos dados referentes à tramitação de feitos na Primeira Instância, antes de adentrarmos na apresentação de tais dados.

O acervo **criminal**, ao final de 2016, era de **1.503** feitos, sendo, desse total, **593** processos de conhecimento, **28** processos em fase de execução e **882** peças informativas (IPMs, IPs, sindicâncias, etc.). Desse total de feitos em tramitação, **178** processos encontravam-se suspensos e havia **163** transações penais em curso. Nessa época, havia ainda, nas secretarias de juízo, **45** autos de deserção sem oferecimento de denúncia, aguardando captura ou apresentação voluntária do desertor.

- *distribuição de APFs, IPMs e outros procedimentos investigatórios*: percebe-se que houve um incremento de mais de 18% no número de inquéritos e outras peças de informação distribuídas, que passou de 1.692 em 2015 para 2.003, em 2016.

-- *denúncias recebidas*: as denúncias recebidas em 2016 foram 226, ou seja, 19% a menos que as de 2015, que foram 279.

- *processos criminais solucionados*: o número de processos solucionados foi de 540, ou seja, 12,27% a mais que em 2015, que foi 481. Dentre os feitos criminais solucionados, tem-se que o número de extinções da punibilidade pelo cumprimento da suspensão condicional do processo diminuiu de 125 em 2015, para 102 em 2016, já os processos julgados, que foram 341 em 2015, diminuíram para 202.

- *aplicação dos institutos da Lei nº 9.099/95*: em 2016, repetiu-se o número de suspensões condicionais de processo, qual seja 81; já as homologações de transação penal aumentaram mais de 27%, passando de 238 em 2015, para 304 em 2016.

Em relação aos feitos de natureza cível, faz-se necessário registrar que, no final de 2014, foi definitivamente implantado na Primeira Instância, o sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, criado pelo CNJ, sendo que, nessa primeira fase, eram aceitos apenas as classes Procedimento Ordinário, Sumário e Impugnação ao Valor da Causa. A partir de 11 de maio de 2015, o **PjE** tornou-se de utilização obrigatória para o ajuizamento de qualquer ação de natureza cível de competência da Justiça Militar de primeiro grau.

- *distribuição de ações cíveis*: seguindo uma tendência que vem desde 2012, a distribuição de ações cíveis passou de 395 em 2015, para 256 em 2016, o que significa uma redução de 35,19%.

- *juízo de ações cíveis*: houve também significativa redução no número de julgamentos das ações cíveis, que passou de 377 em 2015, para 207 em 2016.

- *acervo processual cível*: a Primeira Instância fechou o ano de 2016 com um acervo de **217** ações, tanto físicas quanto eletrônicas (PJE) sendo **158** processos de conhecimento e **59** de execução e cumprimento de sentença.

São essas, Senhor Juiz Presidente, as informações e considerações que me cabe apresentar, na condição de Juiz Corregedor desta Justiça Militar.

Respeitosamente,

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2017.

Juiz Cel PM Sócrates Edgard dos Anjos

Corregedor da Justiça Militar de Minas Gerais

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

**ACERVO PROCESSUAL DA PRIMEIRA INSTÂNCIA
AO FINAL DO ANO DE 2016**

A- MATÉRIA CRIMINAL

MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2016		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos em tramitação (incluindo processos de conhecimento, medidas cautelares, exceções, pedidos de quebra de sigilo, insanidade mental, justificação criminal e outros)	593	226	138	229
Processos de execução	28	10	13	5
Total de Processos em Tramitação ao final de 2016	621	236	151	234
IPMs, APFs e outros peças de informação tramitando	882	369	237	276
Total de feitos em tramitação ao final de 2016	1.503	605	388	510
Processos com suspensão processual (Lei 9.099)	178	65	45	68
Feitos com transação penal (Lei 9.099)	163	68	34	61
Feitos com benefícios da Lei nº 9.099 tramitando ao final de 2016.	341	133	79	129

B- MATÉRIA CÍVEL

MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2016		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos de conhecimento em tramitação (inclusive PJE)	158	60	35	63
Processos de execução/cumprimento de sentença	59	23	15	21
Total de processos cíveis ao final de 2016	217	83	50	84

AB- MATÉRIA CRIMINAL + MATÉRIA CÍVEL

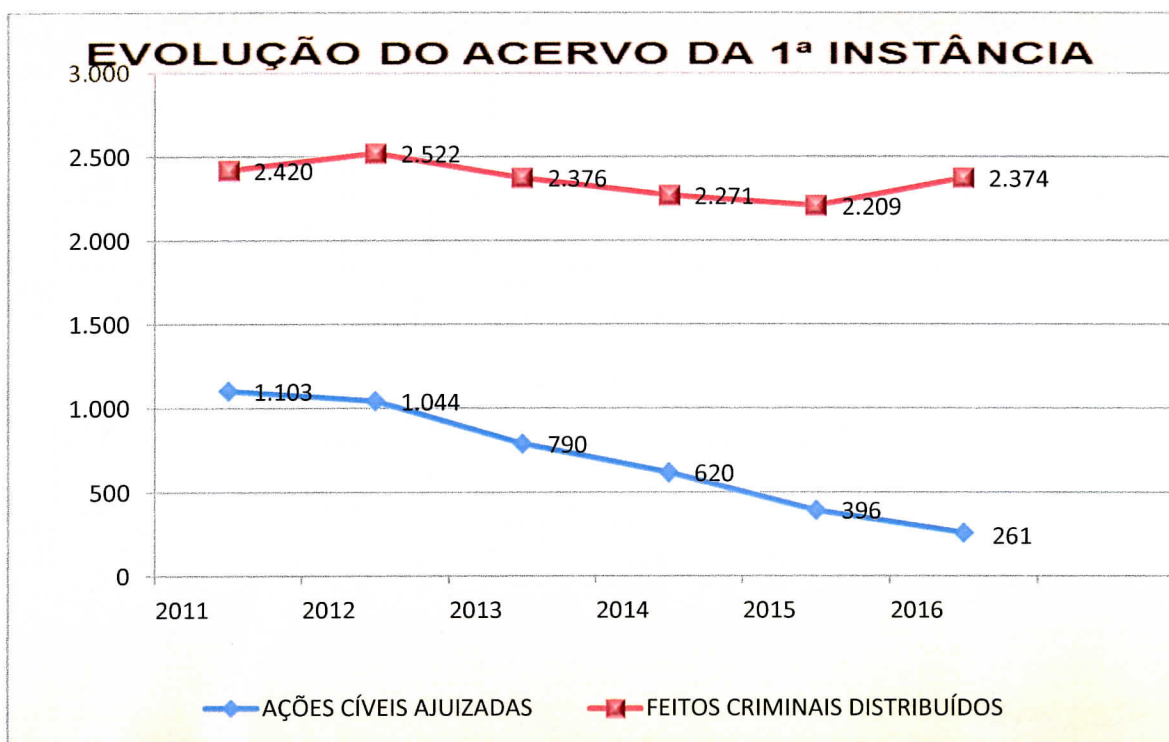
TOTAL DE FEITOS (CÍVEIS E CRIMINAIS) AO FINAL DO ANO DE 2016		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Feitos criminais tramitando (Proc. Investigatórios + Processos+ Execução + Lei 9099)	1.503	605	388	510
Feitos cíveis tramitando (processos + exec. e cump. de sentença)	217	83	50	84
Total de Feitos na 1ª Instância ao final de 2016	1.720	688	438	594

Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e planilhas compartilhadas do PJ-e

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

FEITOS DISTRIBUÍDOS NA 1ª INSTÂNCIA de 01 a 31/12/2016

		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
<i>Nº de feitos criminais distribuídos</i>	2.374	804	789	781
<i>Nº de processos cíveis distribuídos</i>	261	86	87	88
Total de feitos distribuídos na Justiça Militar	2.635	890	876	869



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e PJ-e

MATÉRIA CRIMINAL

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

ANO-BASE 2016

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS CRIMINAIS

Feitos distribuídos por classe	Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Auto de Prisão em Flagrante	208	75	71	62
Inquérito Policial Militar	1.476	468	510	498
Instrução provisória de deserção	4	2	2	0
Outros procedimentos investigatórios (Representação criminal, Termo Circunstanciado, Inquerito Policial, outros)	315	115	100	100
Medidas cautelares (Quebras de Sigilo; Busca e Apreensão; Pedidos de Prisão; Justificação Criminal)	84	49	21	14
Medidas garantidoras (Liberd. Provisória, relaxamento de prisão)	65	28	18	19
Cartas Precatórias	13	4	3	6
Insanidade Mental do Acusado	11	5	2	4
Restauração de autos	2	1	0	1
Execução de pena/ Execução provisória	43	18	12	13
Reabilitação	1	0	1	0
<i>Habeas Corpus</i>	1	0	1	0
Deserção	4	1	3	0
Ação Penal Militar	137	38	45	54
Total de feitos distribuídos no ano de 2016	2.364	804	789	771
CASOS NOVOS (de acordo com Glossário Justiça em Números CNJ)	377	128	109	140
* Determinação de arquivamento de procedimentos investigatórios em 2016	1.394	482	493	419
* Remetidos à Justiça comum sem denúncia (Incompetência da Justiça Militar)	345	105	115	125
* Processos remetidos à Justiça comum com denúncia (Incompetência da Justiça Militar)	1	0	1	0
** Denúncias oferecidas no ano	220	64	67	89
** Denúncias recebidas no ano	226	65	67	94
** Denúncias rejeitadas no ano	3	3	0	0
Total de denunciados (oficiais, praças e ex-militares)	310	96	88	126
Homologação de Transação Penal (Lei 9.099)	304	111	87	106
Número de beneficiados pela Transação penal	430	142	99	189
Autos de deserção aguardando captura ou apresentação (s/ denúncia)	45	22	12	11
Correição Parcial por Representação do Corregedor	0	0	0	0

*Obs: Os feitos arquivados e os remetidos a outro Juízo não necessariamente foram distribuídos em 2016, pois podem ter sido distribuídos em anos anteriores (acervo remanescente)

** Obs: As denúncias recebidas e as rejeitadas em 2016 não necessariamente estão inseridas naquelas que foram oferecidas nesse ano, mas podem ter sido oferecidas no ano anterior, já que o juiz tem um prazo para se manifestar sobre o oferecimento da denúncia. No mesmo raciocínio, muitas denúncias oferecidas em 2016, podem ter seu recebimento ou rejeição no ano de 2017.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Fase Processual

FASE PROCESSUAL		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Denúncias recebidas	226	65	67	94
Audiências				
Audiências realizadas	785	280	213	292
Cartas Precatórias				
Expedidas	312	100	79	133
Aplicação da Lei 9.099 durante o ano de 2016				
Processos Suspensos	81	25	22	34
Número de beneficiados	123	52	22	49
Julgamentos				
Processos Julgados (ações penais julgadas pelo juiz singular e pelos conselhos)	172	52	65	55
Número de acusados julgados	302	99	107	96
Número de ações penais prescritas	2	1	0	1
Número de acusados com processos prescritos	5	1	0	4
Sentenças em processos de conhecimento (conforme o Glossário Justiça em Números do CNJ)				
Sentenças em processos de conhecimento (conforme o Glossário Justiça em Números do CNJ)	428	128	158	142
Processos de conhecimento baixados (conforme JN)	328	135	102	91

Fonte: Singep

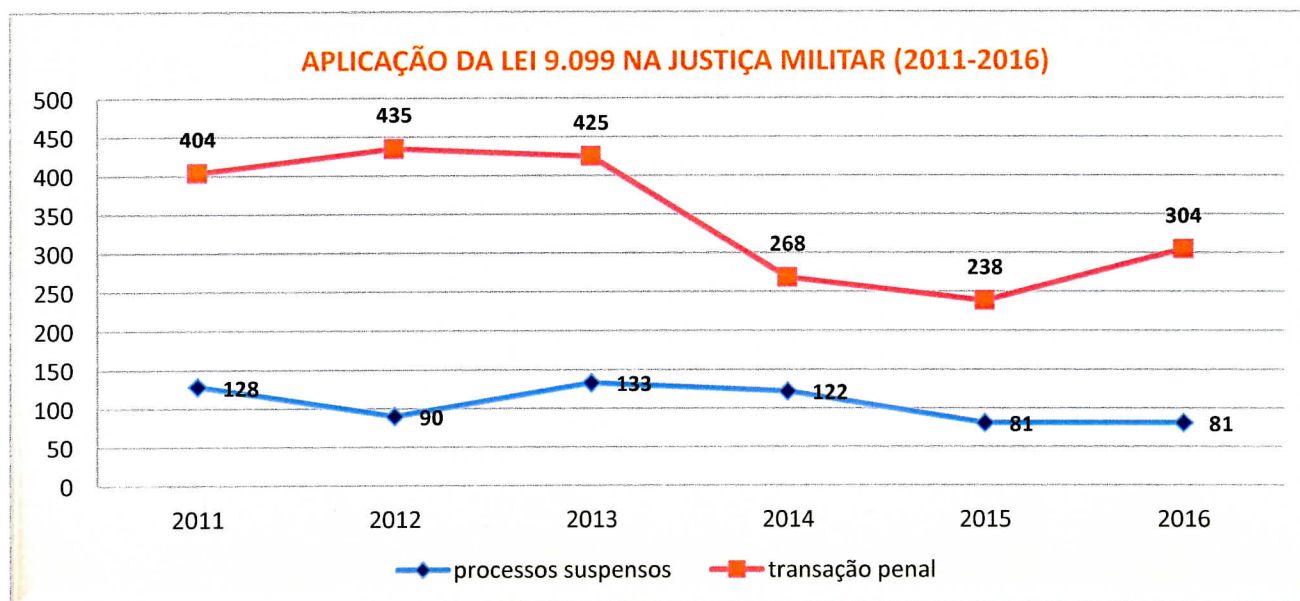
* De acordo com o Glossário Justiça em Números do CNJ, consideram-se **1. baixados**: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, vinculados a tribunais diferentes, b) remetidos para as instâncias superiores, c) arquivados definitivamente e d) em que houve decisão que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. **2. sentenças**: as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau no período-base. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.099/95 EM 2016

APLICAÇÃO DA LEI 9.099 DURANTE O ANO DE 2016	Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Número de processos suspensos em 2016	81	25	22	34
Número de transações penais homologadas	304	111	87	106
<i>Total de feitos c/ aplicação da Lei 9.099/95</i>	385	136	109	140
Número de beneficiados pela suspensão em 2016	123	52	22	49
Número de beneficiados pela Transação penal	430	142	99	189
<i>Total de beneficiados c/ aplicação da Lei 9.099/95</i>	553	194	121	238

FEITOS EM TRAMITAÇÃO NAS SECRETARIAS DAS AUDITORIAS AO FINAL DE 2016	Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Número de processos suspensos em tramitação ao final de 2016	178	65	45	68
Número de feitos com transação penal em tramitação ao final de 2016	163	68	34	61



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Assuntos das denúncias ,em ordem decrescente de Incidência

ASSUNTOS:	Total de assuntos nas denúncias recebidas	Total p/ assunto	% em relação ao total de assuntos nas denúncias
LESÃO LEVE	395	60	15,2
FALSIDADE IDEOLÓGICA		39	9,9
PREVARICAÇÃO		38	9,6
LESÃO GRAVE		27	6,8
ABANDONO DE POSTO		24	6,1
AMEAÇA		15	3,8
VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO		14	3,5
DESACATO A SUPERIOR		13	3,3
INOBSERVÂNCIA DE LEI, REG. OU INSTR.		11	2,8
FUGA DE PRESO OU INTERNADO		11	2,8
TOTAL			252



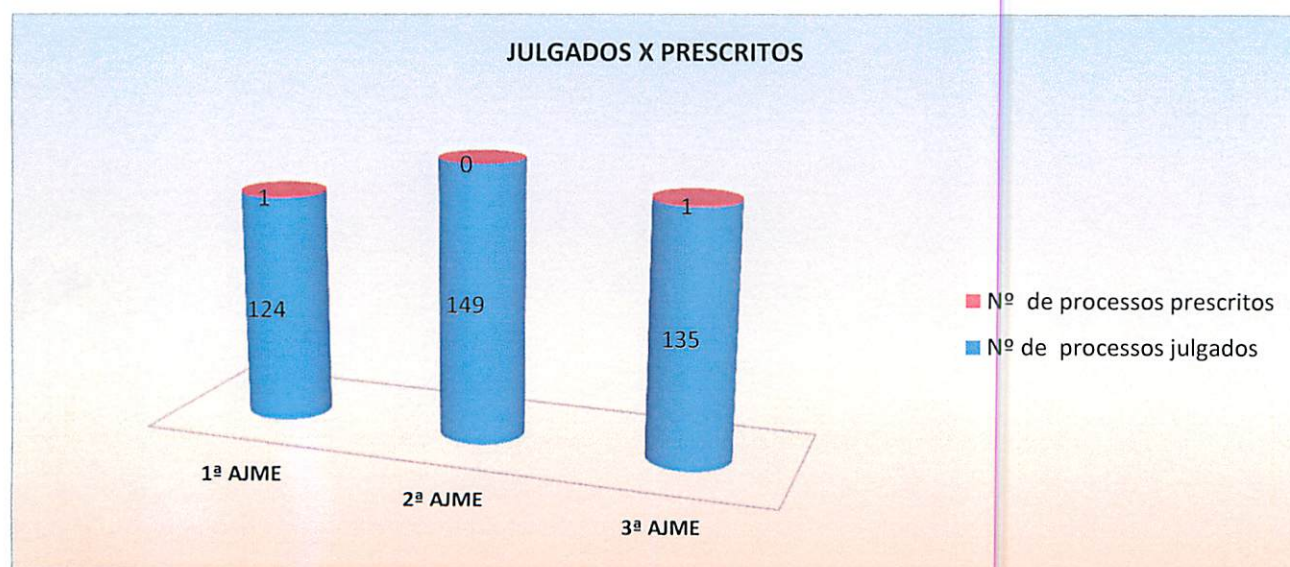
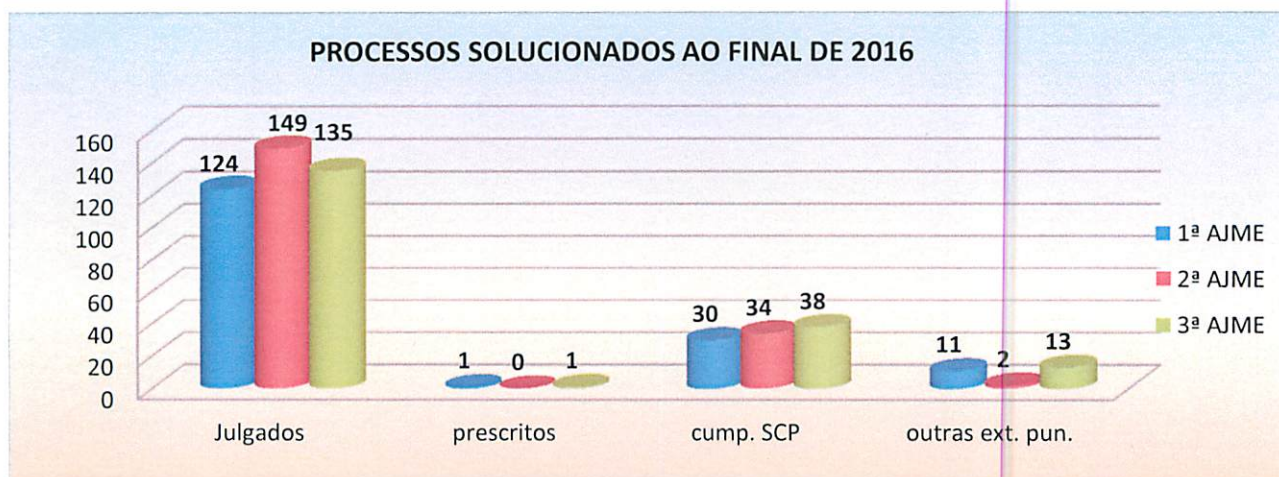
Fonte: Singep

Obs.: Cada denúncia pode conter mais de assunto

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Feitos criminais solucionados durante o ano de 2016

		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Nº de julgamentos/decisões finais (Ação penal, Deserção, Medidas garantidoras, preparatórias, cautelares, Processos incidentes)	408	124	149	135
Nº de processos prescritos	2	1	0	1
Nº extinção da punibilidade pelo cumprimento da Suspensão Condicional do Processo	102	30	34	38
Ext. do processo sem resolução do mérito	2	0	1	1
Nº de outras ext. da punib. (art. 123 CPM)	26	11	2	13
total	540	166	186	188



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS CRIMINAIS JULGADOS EM 2016

DURAÇÃO DO PROCESSO*	Quantidade de		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
	processos	%			
ATÉ 1 ANO	67	47,86	10	33	24
Entre 1 e 2 ANOS	47	33,57	19	12	16
Entre 2 e 3 ANOS	17	12,14	12	2	3
Entre 3 e 4 ANOS	7	5,00	5	1	1
Entre 4 e 5 ANOS	2	1,43	2	0	0
total	140	100,00	48	48	44

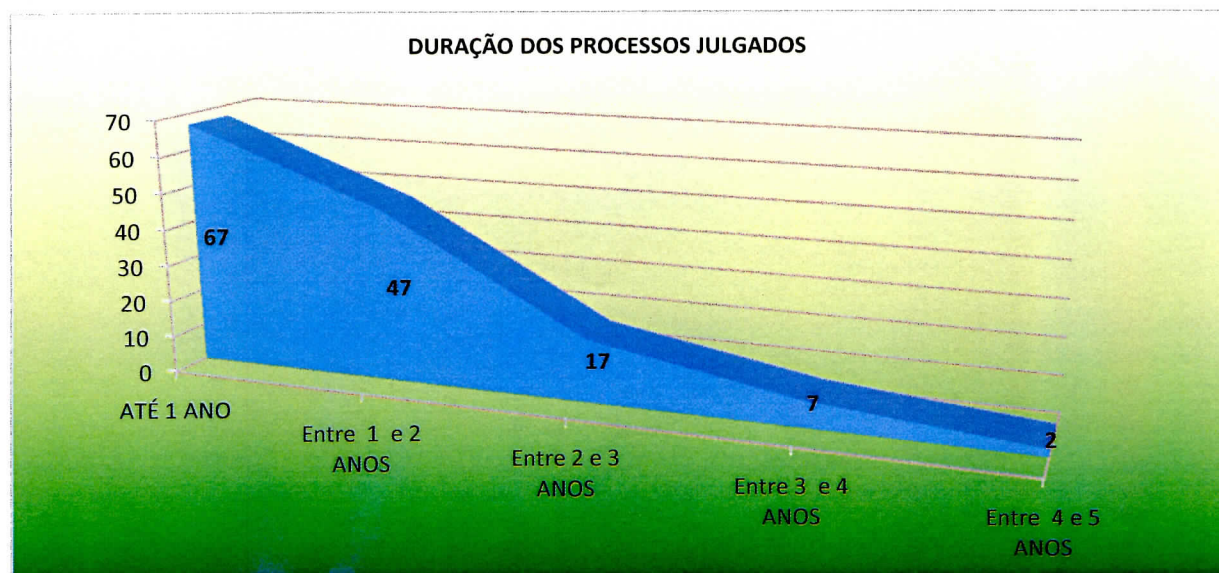
* O tempo de duração do processo é computado entre a data do recebimento da denúncia até a data da sessão de julgamento na respectiva auditoria, e foram considerados apenas as ações penais e processos de deserção julgados pelos conselhos de justiça

* O tempo médio de duração do processo na Primeira Instância da Justiça Militar, em 2016, foi de 480 dias, ou seja, de 01 ano, 03 meses e 25 dias

* O tempo médio de duração do processo na 1ª Auditoria foi de 730 dias, ou seja, 02 anos

* O tempo médio de duração do processo na 2ª Auditoria foi de 317 dias, ou seja, 10 meses e 17 dias

* O tempo médio de duração do processo na 3ª Auditoria foi de 386 dias, ou seja, 01 ano e 21 dias



Fonte: Relatório SINGEP

MATÉRIA CÍVEL

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

ANO-BASE 2016

PROCESSOS CÍVEIS					
Processo Judicial Eletrônico - PJE					
Classes das ações distribuídas					
Casos novos de conhecimento	Procedimento ordinário/ sumário	220	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
	Mandado de Segurança	16	75	71	74
	Impugnação ao valor da causa	1	5	6	5
	Execução contra a Fazenda Pública	21	0	0	1
	Embargos à Execução	3	6	8	7
	Total de processos eletrônicos	261	0	2	1
			86	87	88
Processos arquivados					
	Processos arquivados	194	39	75	80
	Remetidos a outro juízo (Incompetência da Justiça Militar)	5	2	2	1
JULGAMENTOS em processos de conhecimento (físicos e PJE)					
	Sentença sem resolução de mérito	52	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
	Sentença com resolução de mérito	155	16	20	16
	Total de julgamentos	207	47	63	45
			63	83	61
MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2016					
	Processos de conhecimento em tramitação na 1ª Inst. (físicos e PJE)	158	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
	Processos em fase de cumprimento de sentença/execução	59	60	35	63
	Total de processos cíveis	217	23	15	21
			83	50	84

Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e planilhas PJE

Obs: Em 2016, não houve distribuição de processos cíveis físicos

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Período de 2012 a 2016

A- MATÉRIA CRIMINAL

FASE PRÉ-PROCESSUAL (INVESTIGATÓRIA)	2016	2015	2014	2013	2012
IPMs e outras peças de informação distribuídos no ano-base	2.003	1.692	2.078	2.040	2.522
IPMs e outras peças de informação arquivados	1.394	1.060	1.312	1.667	1.494
Remetidos a outro juízo (Incompetência da Justiça Militar)	345	391	395	489	272
Denúncias oferecidas	220	277	367	361	336
Transação Penal (Lei 9.099) no respectivo ano-base	304	238	268	425	435
Total de IPMs e outras peças de informação em tramitação no último dia do respectivo ano-base	882	821	973	1275	1.816
FASE PROCESSUAL (de conhecimento)	2016	2015	2014	2013	2012
Processos Arquivados no ano-base	303	377	383	500	596
Denúncias Recebidas	226	279	352	375	335
Suspensos (Lei 9.099) no respectivo ano-base	67	81	122	133	90
Julgamentos	408	344	379	351	227
Prescrições (processos)	3	5	11	12	22
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO ANO-BASE	2016	2015	2014	2013	2012
Tramitação de feitos ao final do respectivo ano-base	1.503	1.589	1842	1449	2710
Execução ao final do respectivo ano-base	28	84	76	72	68
Processos suspensos ao final do respectivo ano-base	178	217	266	260	284
Feitos com transação penal ao final do respectivo ano-base	163	165	184	284	341

B - MATÉRIA CÍVEL

PROCESSOS CÍVEIS	2016	2015	2014	2013	2012
Total de ações distribuídas no respectivo ano-base	261	395	620	790	1.044
Processos arquivados	185	639	364	1360	898
Remetidos a outro juízo (Incompetência da Justiça Militar)	5	11	85	10	19
JULGAMENTOS	2016	2015	2014	2013	2012
Processos Julgados	207	377	338	689	1.412
Sentença sem resolução de mérito	52	41	44	90	71
Sentença com resolução de mérito	155	336	294	599	1.341
	2016	2015	2014	2013	2012
Processos cíveis em tramitação no final do ano-base	217	246	634	1.165	1.719

Fonte: pesquisa avançada Singep e planilhas do PJE